



II Encontro Capixaba de Pesquisa em Educação Ambiental

(RE)PENSANDO AS POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

23, 24 E 25 DE SETEMBRO DE 2020

II ECPEA

IMPLICAÇÕES DO PDDE ESCOLA SUSTENTÁVEL NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA

Fernanda Rezende¹

Este trabalho é um recorte da pesquisa de Doutorado (REZENDE, 2020) que teve como objeto cartografar como escolas, envolvidas ou não, com os programas oficiais, proliferaram processos de subjetivação por meio de práticas de sustentabilidade.

Assim, o tema da investigação dessa apresentação, se concentra em duas das três² escolas de ensino fundamental da rede municipal de Vitória que foram selecionadas a participar do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) “Escola Sustentável” (BRASIL, 2012).

Os dados foram produzidos por meio do acompanhamento dos processos iniciados em 2017 junto a Secretaria Municipal de Educação (SEME) e intensificados em 2018 junto às escolas. Este trabalho utilizou fragmentos de conversas e entrevistas individuais ou em grupos com a participação dos professores responsáveis pelas práticas de sustentabilidade e diretores com objetivo de perceber as implicações dessa iniciativa do governo federal no que tange a sustentabilidade. Foram realizados dois encontros a uma escola (EMEF A) e quatro encontros (EMEF B) na outra. As entrevistas captadas em áudio, logo após a greve do magistério de 2018, foram transcritas e enviadas por e-mail como feedback da conversa realizada.

Essa pesquisa se justifica pela importância de mapear impactos do PDDE Escola Sustentável na discussão da sustentabilidade na educação básica pública, bem como, perceber processos de criação (GUATTARI, 2012) em meio ao esgotamento (PELBART, 2016). Vale ressaltar que uma grande parte das ações ligadas ao desenvolvimento de escolas sustentáveis no Estado do Espírito Santo, foi disparada pelo edital do PDDE Escola Sustentável e pela Conferência Nacional Infância Juvenil³ pelo Meio Ambiente (CNIJMA).

A pauta das escolas sustentáveis, iniciativa do Ministério da Educação (MEC), foi prevista no Plano Nacional de Mudança do Clima ainda em 2007 e se constituiu como elemento facilitador na prevenção e no enfrentamento de riscos ambientais, além do fortalecimento do Sistema Nacional de Defesa Civil. A perspectiva brasileira da concepção de escola sustentável inovou com o conceito de espaço educador sustentável (BRASIL, 2012). Essas escolas seriam “incubadoras” de mudanças concretas na realidade social, diante dos desafios do enfrentamento das mudanças ambientais globais e do desafio educacional de contribuir com uma educação integral que transforme a escola num espaço de aprendizagens significativas e contextualizadas, em que Educação Ambiental possa ajudar nas práticas cotidianas e nas premissas da sustentabilidade. Para a viabilização da construção e/ou

¹ Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo – ferezende.ef@gmail.com

² Três escolas do ensino fundamental de Vitória foram selecionadas a participar do PDDE em 2015. O contato realizado junto a Secretaria de Educação de Vitória, bem como autorização para a pesquisa foi requerido a participação de todas as três, no entanto, uma escola, não retornou os contatos via telefone, e-mail e visita.

³ A CNIJMA é uma iniciativa do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), constituído pelo MEC e pelo MMA. É uma estratégia de mobilização de estudantes, adolescentes e jovens de todo o país, visando a promover a reflexão, o desenvolvimento de estudos e pesquisas, além de estimular a proposição de ações e projetos no contexto da temática socioambiental, em conformidade com as orientações Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA), aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação pela Resolução CNE/CP nº 02/2012.



II Encontro Capixaba de Pesquisa em Educação Ambiental

(RE)PENSANDO AS POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

23, 24 E 25 DE SETEMBRO DE 2020

adequação desses espaços, surge o PDDE Escolas Sustentáveis, que distribuiu recursos para o desenvolvimento de ações que pudessem conferir visibilidade à intenção de educar para a sustentabilidade.

Já a Conferência realizava etapas preparatórias para a Conferência Nacional, que incluíam a formação de professores e pequenas conferências nas escolas do ensino fundamental. Além disso, disponibilizava materiais de referência para todas as escolas de ensino fundamental a fim de subsidiar o processo de debate e mobilização dos(as) estudantes.

Tanto o PDDE quanto a Conferência foram extremamente prejudicadas pelo não andamento dos trabalhos com a troca de gestão dos ministros do Meio Ambiente, por conta do Golpe de Estado de 2015 que culminou no *impeachment* da então presidente eleita, Dilma Rousseff. A situação política do país, em nível federal, repercutiu de forma veemente nas estruturais estaduais e municipais, num efeito em cascata, atingindo inúmeros programas e projetos em andamento, entre eles, o próprio PDDE Escola Sustentável. Mesmo assim, o programa teve grande capilaridade no Estado e acabou influenciando outras iniciativas.

O PDDE Escola Sustentável teve limitações no seu alcance na tentativa de viabilização da política pública por vários fatores que vieram à tona no campo da pesquisa. Um deles foi a demora em se pagar a verba. Isso ocasionou uma série de complicações como o próprio uso dessa verba que ficava retida, pois o plano de ação desenvolvido pela gestão anterior já não cabia mais na gestão atual.

O segundo ponto de estrangulamento foi a ausência de formação ou até mesmo de assistência técnica para que as escolas optassem por desenvolver práticas sustentáveis.

Um terceiro ponto era a própria carência de recursos, infraestrutura e materiais que deveriam ser garantidos pelo Poder Público, mas que acabavam sendo adquiridos ou realizados, já que o PDDE permitia ações como, por exemplo, a troca de lâmpadas “ecológicas”.

Mesmo assim, em meio a esse panorama, algumas ações movimentaram o currículo e a gestão para se pensar a sustentabilidade para além do prescrito e da verba, como a criação de COM-VIDA, jardins, hortas e práticas de sustentabilidade que abriam frestas em estruturas cimentadas nas escolas da capital capixaba.

Nessa trajetória, muito pelo contexto político econômico, as evidências da produção do esgotamento foram mais aparentes, principalmente com os processos de controle e esmagamento promovidos por políticas neoliberais de direita em contextos de crise, em decorrência de uma greve. Muitas narrativas abordavam histórias de lutas e resistências em frente a ausência de condições ofertadas pelo Poder Público, o que, muitas vezes, podia até emperrar e provocar o esgotamento, mas, no entanto, não inviabilizava as práticas. A tessitura das redes entre os sujeitos provocou mudanças nos trajetos, nos movimentos, nas ideias, nos objetivos e sustentaram práticas sociais que promoviam processos de criação.



II Encontro Capixaba de Pesquisa em Educação Ambiental

(RE)PENSANDO AS POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

23, 24 E 25 DE SETEMBRO DE 2020

Referências

BRASIL. Ministério da Educação/Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Vamos cuidar do Brasil com escolas sustentáveis**: educando-nos para pensar e agir em tempos de mudanças socioambientais: Brasília, 2012.

GUATTARI, Felix **As três ecologias**. Campinas, SP: Papirus, 2012.

MELLO, Soraia; TRAJBER, Raquel. (Orgs.). **Vamos cuidar do Brasil com as escolas: conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Brasília: MEC/CGEA; Unesco. 2007.

PELBART, Peter-Pál. **O avesso do niilismo**: cartografias do esgotamento. São Paulo: N-1 Edições, 2016.

REZENDE, Fernanda Freitas. **Ecosofias e práticas de sustentabilidade em escolas da educação básica no Brasil e na Austrália**. 2020. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020. Disponível em http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_14395_Tese%20Fernanda%20Rezende.pdf. Acesso em 09 ago. 2020